

MARIA LAMAS, NATÁLIA CORREIA & MARIA TERESA HORTA: ESCRITORAS, JORNALISTAS E ... FEMINISTAS

Mônica Sant'Anna¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a trajetória jornalística das escritoras portuguesas Maria Lamas, Natalia Correia e Maria Teresa Horta. Estas escritoras conseguiram evidenciar, em suas obras literárias e em seus textos jornalísticos, a condição marginal da mulher e a necessidade desta ocupar um espaço de visibilidade e paridade na sociedade vigente (neste caso, o período ditatorial de Salazar). Como consequência sofreram represálias como, por exemplo, foram submetidas a processos judiciais (Natália Correia e Maria Teresa Horta) como prisão e exílio (Maria Lamas). Pretende-se destacar a trajetória da produção jornalística paralelamente à literária destas escritoras.

Palavras-chave: Jornalismo, literatura, feminismo.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo destacar la trayectoria periodística de las escritoras portuguesas Maria Lamas, Natália Correia y Maria Teresa Horta. Estas escritoras consiguieron evidenciar, en sus obras literarias y en sus textos periodísticos, la condición marginal de la mujer y la necesidad de esta ocupar un espacio de visibilidad y paridad en la sociedad vigente (en este caso, el período dictatorial de Salazar). Como consecuencia sufrieron represalias como, por ejemplo, fueron sometidas a procesos judiciales (Natália Correia y Maria Teresa Horta) como prisión y exilio (Maria Lamas). Se pretende destacar la trayectoria de la producción periodística en paralelo a la literaria de estas escritoras.

Palabras-clave: Periodismo, literatura, feminismo.

Se escreves como mulher, escreves para dar ao corpo os livros do futuro, porque ditas as tuas novas gêneses. Não para preencher o abismo, mas para te amares até o fundo dos teus abismos. Para conhecer e não para evitar. Não para passares por cima: mas para explorares, para visitares e entenderes o que foi visto. **Onde escreves, alguma coisa cresce, o teu corpo abre-se, a tua pele conta as tuas lentas viagens até aqui emudecidas.**

Hélène Cixous

Destaca-se, no fragmento de Hélène Cixous, a emergência de uma escrita de mulher, para uma elaboração de uma gênese feminina, o que a estudiosa

¹ Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de Santiago de Compostela, Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo, Professora e pesquisadora (Grupo de Investigación Gaelt) na Universidade de Vigo – Espanha.

Anna Klobucka chama de *herstory*, termo utilizado, como um rótulo, eloquente e intraduzível no qual a história literária feminina abrange a recolha de informações e a formulação de questionamentos sobre o protagonismo de mulheres no campo da produção cultural (KLOBUCKA, 2008, p.13). Um ponto que é de principal referência e debate atual é a questão da identidade e a necessidade de tornar visíveis as mulheres na história, refletindo sobre as suas experiências e reclamando que se use / se ouça a sua voz, enfim, tentando recuperar uma memória até então silenciada – o que, no marco discursivo das teorias feministas, implica fazer o movimento “da margem para o centro”. Tal movimento inclui a atenção sobre a autoria feminina, mas a ocupação do espaço literário acarretou a recorrência a outro espaço: o corpo, o mais próximo de si, fazendo com que assim reivindicasse o “centro”, a autonomia, a voz própria, tal como, mais uma vez, relacionamos com a epígrafe deste trabalho.

Destacamos, neste trabalho, a importância de três escritoras portuguesas que, paralelamente às atividades de produção literária, desenvolveram a atividade jornalística: Maria Lamas, Natália Correia e Maria Teresa Horta. As três têm as suas vidas entrelaçadas pela produção literária, pelo jornalismo, pelo engajamento político e feminista e, principalmente, por terem sido perseguidas pelo governo salazarista ao terem seus movimentos / textos / livros censurados.

A primeira escritora / jornalista sobre quem vamos falar é Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas (1893 – 1983), mais conhecida como Maria Lamas. Casou-se muito jovem, aos 17 anos, teve duas filhas logo a seguir e como ela mesma declarou, nessa altura começou a sua “educação política”, influenciada principalmente pela recente revolução russa, fato histórico que a deixou muito interessada pela história e política. O casamento durou pouco, à frente do seu tempo e disposta a ser feliz, divorciou-se aos 25 anos. Ao ficar sozinha e com duas filhas sob a sua responsabilidade teve que trabalhar e esse foi o caminho de iniciação ao jornalismo, aliás, foi nesse ambiente jornalístico que conheceu o seu segundo marido, também jornalista, de quem assumiu o sobrenome Lamas, Alfredo da Cunha Lamas e com quem teve mais uma filha. Maria Lamas, afirmava que o jornalismo foi a sua grande escola, iniciou a sua carreira jornalista jovem e foi a grande consolidadora da revista *Modas e Bordados*, que dirigiu no período compreendido entre 1928 e 1947, uma revista que em suas mãos se autonomizou, afastando-se de um mero suplemento do jornal *Século*, (...)

e que conseguiu, apesar do regime e da censura fugir ao cerco. (TAVARES, 2008, p.215) Mais tarde esta revista passou a ser chamada *Mulheres Modas & Bordados* e, finalmente *Mulheres*.

Além de trabalhar como jornalista, também trabalhou como tradutora (entre os seus trabalhos de tradução podemos citar o conhecido livro *Memórias de Adriano* de Marguerite Yourcenar) e como escritora (principalmente no âmbito infantil) sob o pseudônimo Rosa Silvestre. O trabalho na revista *Modas e Bordados* fez com que Lamas refletisse mais profundamente sobre a situação da mulher portuguesa que era de imensa submissão patriarcal. É curioso notar que, mesmo sob um rígido sistema governamental, sempre existiu alguma tradição de oposição feminina ao governo, destacamos aqui o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, fundado em 1914, que foi uma federação de várias agremiações que não se subordinou a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa vinculada ao governo vigente e a sua primeira líder foi Adelaide Cabete. Entre as associadas encontravam-se mulheres da classe média, republicanas ou pertencentes à maçonaria e outras mais à esquerda do espectro político, com ideais socialistas e comunistas. Todas, porém, reivindicaram a emancipação pela mudança da tradicional situação da mulher, pela igualdade de deveres e de direitos entre os dois sexos e pela profissionalização feminina. (VICENTE, 1994, p.376)

Devemos, ainda, indicar que a adesão a esta organização foi intensa, sobretudo se tomamos como referência as normas ditadoras em relação ao comportamento da mulher no Estado Novo e ao constrangimento ideológico existente naquela altura. No ano de 1945, Maria Lamas foi eleita para sua direção, sendo já então uma figura bem conhecida na sociedade portuguesa. Em sua gestão como diretora, muito fez a favor da mulher, declarando que o Conselho era de todas as mulheres, sem distinção de classe, da mais lúcida e culta a mais ignorante e oprimida. Aliás, dentre as várias atividades que promoveu, merece especial destaque a “Exposição de Livros Escritos por Mulheres de todo o Mundo”, ocorrida na Sociedade Nacional de Belas Artes, evento que esteve acompanhado por toda uma série de colóquios e conferências em 1947. Pretendia constituir uma amostra ilustrativa acerca das inúmeras realizações femininas em todos os campos das artes e da ciência, o que em nada agradava a um regime político decidido a enquadrar a existência da mulher em esquemas mais rígidos de comportamento. Após essa exposição o Conselho, que há muito tempo vinha sofrendo repressões de vários tipos, foi fechado por ordem de Salazar. A justificativa do governo para tal atitude

era de que a OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional) tinha a função de orientar e educar as mulheres portuguesas.

Não dando o braço a torcer, Maria Lamas decidiu averiguar *in loco* se todas as mulheres portuguesas eram realmente cuidadas pelo Estado, mesmo sabendo de antemão que a realidade não era assim. Para isso resolveu fazer uma viagem de pesquisa durante mais de dois anos, “percorreu o país de camioneta, de carro de bois, a pé, de burro, de toda maneira” (TAVARES, 2008, p.141). Uma viagem sobre a qual deixou claro o seu itinerário de descobertas a respeito da condição feminina portuguesa. Com efeito, o livro *Mulheres do meu país*, lançado em 1948, foi a materialização documentada do trabalho de pesquisa / viagem de Maria Lamas. Este livro é uma grande reportagem que fornece o retrato nítido de uma realidade desconhecida / oculta em muitas partes de Portugal, é basicamente um referente histórico-sociológico e antropológico. Ao longo de suas páginas pretende fornecer dados de uma realidade ocultada a muitos, como a própria autora destaca no prefácio:

Analisar as causas e efeitos que influem na mentalidade e no destino das nossas mulheres é tarefa que excede as possibilidades de um trabalho individual. Mas basta contar como elas vivem e sonham e lutam e sofrem, para que o grande problema se revele no seu profundo e dramático sentido humano. Nada mais que um documentário vivo e sincero: visões da nossa paisagem, aldeias e cidades, como cenário; mulheres de todas as condições, com seu labor, seus trajos característicos, sua índole e costumes, suas alegrias e tormentos – o grande romance da vida, lírico e brutal, ora calmo, ora intenso, agora rasteiro, logo fremente de ansiedade, mas sempre enraizado no amor. Não somente o amor que procria, mas também, e muito, a ternura humana que suplanta afectos pessoais e torna o homem irmão do homem.

Assim foi escrito este livro, que é uma expressão de fraternal solidariedade com as Mulheres do meu País. Se ele abalar a indiferença, ou antes, a ironia com que os portugueses usam encarar os problemas femininos, e alguém estender a mão, firmemente, às grandes sacrificadas, vítimas milenárias de erros milenários, que, apesar de tudo, continuam a ser as obreiras da vida, bem pequenos foram, afinal, os incalculáveis esforços, fadigas e obstáculos vencidos, que a publicação representa. (LAMAS, 1948, p. 5-6).

Destaque-se que a organização da obra tinha, primeiramente, como títulos os trabalhos das mulheres: a camponesa, a mulher beira-mar, a mulher beira-rio, a mulher doméstica, a artista. A ideia de caracterizar por profissões seria uma estratégia para evidenciar que todas as mulheres do país eram trabalhadoras – no espaço rural, urbano, fabril, ribeirinho e doméstico. Mas, depois, organizou a obra por áreas geográficas, a fim de caracterizar claramente cada região e, por conseguinte, a condição e o trabalho feminino. Deixou claro, também, que a grande contribuição financeira para o sustento da família originava-se no trabalho da mulher (realidade de muitas regiões), uma imagem bem discrepante da criada / desejada pelo governo salazarista.

Note-se que em paralelo ao “delineamento” da imagem da mulher portuguesa, foi revelada a realidade do país que tinha praticamente 50% da população dedicada à agricultura, uma população com alta taxa de analfabetismo e sem assistência médica / social do regime político em vigor. Para o regime salazarista a emancipação / independência da mulher poderia ter como consequências a desagregação da família, o declínio moral e a concorrência com a força de trabalho masculina. E claro, acreditava-se também que determinadas funções laborais poderiam “destruir” a beleza feminina e também “desviar” a mulher da sua função essencial (a determinada pelo governo) que é a maternidade. Maria Lamas foi muito questionadora em relação ao rigor do regime, tal como podemos ver nas suas palavras proferidas numa palestra:

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? (...) Será que a mulher preparada para colaborar eficazmente na vida pública da Nação ofende a moralidade do Estado Novo? (...) Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objectos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem.

Queremos tudo isso, mas sabemos pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá. (*Apud GORJÃO, 2002, p. 202*)

Esta jornalista concluiu que faltava à mulher portuguesa uma consciência de si, sobre a condição feminina e política. Ao fim do trabalho / viagem teve as suas conclusões em relação ao governo: que “não existe em Portugal qualquer instituição sem preocupações doutrinárias, que se ocupe especialmente de estudar

a situação da mulher, procurado a justa solução de seus problemas”. (Apud RODRIGUES, s/d, p.3). Uma marca sua era não ter medo de expressar o que pensava. Um exemplo foi, na altura em que apoiou o candidato à presidência, Norton de Matos, quando proferiu uma palestra em que denunciava a política do Estado Novo em relação à proteção da mulher e da família. Como consequência foi presa, detida em Caxias, julgada e condenada com os companheiros da Comissão Central do MDN (Movimento Democrático Nacional). Depois de dois anos na prisão foi posta em liberdade, em 1951.

Desafiou as mentalidades (principalmente como repórter) da época ao afirmar sobre a necessidade de a mulher estudar, ter um trabalho distinto do de dona de casa:

“(As mulheres) fora do exercício da profissão não evoluem nem contribuem para um melhor esclarecimento humano: ‘Diante de um casamento vantajoso desistem do curso’, lamentando que não combatam pela sua independência, muitas vezes por medo da desconfiança e até da hostilidade de outras mulheres, como se fossem inimigas perigosas”. (Apud ALMEIDA, 2010, p.16)

Devido ao seu posicionamento crítico, Maria Lamas foi presa mais outras vezes até que, em 1962, se viu obrigada a exilar em França. Mas não deixou de atuar como feminista e em prol da paz no mundo, tanto que foi eleita membro do Conselho Mundial da Paz, em Budapeste. Depois de sete anos em Paris retornou a Portugal. Por várias vezes, ainda, foi alvo do crivo da censura, pelo conhecido lápis azul, em sua produção literária e jornalística. Após o fim do Estado Novo, foi uma das primeiras pessoas a receber a “Ordem da Liberdade” das mãos do Presidente da República. Em 1975 filiou-se ao Partido Comunista Português, em 1983 recebeu a medalha “Eugénie Cotton” da Federación Démocratique Internationale des Femmes. Faleceu em 1983, aos 90 anos. Defendia o pensamento de que “enquanto uma mulher for escrava, o homem não terá liberdade”.

Natália Correia (1923 – 1993), a segunda escritora, tradutora e jornalista de quem vamos falar era açoriana, pertenceu a uma família classe média (mãe professora e pai comerciante) e o seu primeiro contato com um jornal foi pela primeira publicação literária, um poema, no jornal *Portugal, Madeira e Açores*, no dia 7 de Abril de 1946. O seu primeiro trabalho com a comunicação social ocorreu quando tinha 21 anos, na Radio Clube Português, como jornalista. Em 1947

começou a colaborar no semanário *O Sol*, época em que a “poeta” despertou com mais consciência para a questão política afirmando: “Limito-me a cumprir uma responsabilidade que qualquer poeta digno desse nome assume, na medida em que tem como finalidade transformar o mundo.” (AZEVEDO, 1997, p.65) Militou no meio político com mais ênfase a partir de 1948, quando apoiou, juntamente com outros intelectuais, entre eles Maria Lamas as candidaturas de Norton de Matos e, mais tarde, em 1958, em outra tentativa de mudança política, apoiou também a candidatura do General Humberto Delgado, o “General sem Medo”, à presidência da República.

Trabalhou no âmbito da literatura em várias esferas: como ensaísta, crítica, editora, autora de poesias e peças teatrais e, também, como organizadora de saraus em Lisboa, onde abriu um bar cultural, o “Bar Botequim”, muito conhecido, na década de 1970. Tão ousada, ou mais que Maria Lamas, teve como consequências de sua postura desafiadora ao governo várias intervenções em nome da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), órgão censor que defendia o cumprimento das normas do regime ditador. Daí o fato de ter várias obras proibidas de circular e também ser submetida a processos e receber penas de prisão. Mas as represálias não a inibiam, pois continuou por muito tempo a criticar (e ridicularizar) o Chefe do Estado ou tocar em temas referentes à sensualidade e sexualidade – considerados tabus para o governo vigente. Destacamos, por exemplo, quando da edição da *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*, que a levou a um processo cuja pena ditada foi prisão de três anos (que foi suspensa). Ou ainda quando escreveu a peça teatral *Homúnculo*, em 1965, uma tragédia jocosa em que ridicularizava a figura de Salazar que, aliás, ficou bastante tocado pela energia, pela escrita e pela profundidade. Tanto que quando a PIDE lhe foi comunicar a prisão da poetisa e a apreensão da obra, respondeu: “Retirem o livro, sim, mas não toquem nela. É uma mulher muito inteligente”. (DACOSTA, 2007)

Uma entre tantas ousadias que merece ser destacada foi o desafio de editar *Novas Cartas Portuguesas*, obra de autoria coletiva (entre as autoras encontramos Maria Teresa Horta) que muitas editoras recusaram por medo de represálias do governo salazarista pois era uma obra que “feria” o lema do governo que era “Deus, Pátria e Família” e, além disso, a PIDE fazia um acompanhamento acirrado às editoras. Natália aceitou o “desafio” e alegou aos donos da referida

editora que se não pudesse editá-lo, sairia da Editorial Estudios Cor (SEPÚLVEDA, 2004, p.51).

Como Maria Lamas, Natália Correia mostrou uma grande preocupação com a condição feminina, principalmente em relação ao (a)culturamento das mulheres. Tanto que o livro *Breve história da mulher e outros escritos* reúne uma série de artigos sobre a mulher, em vários momentos da história universal. Aliás, Natália Correia não gostava de ser chamada feminista, dizia-se femininista (TAVARES, 2008, p.326). E explicou o porquê desta “concepção”:

Acho que não vale a pena a mulher libertar-se para imitar os padrões patristas que nos têm regido até hoje. Ou valerá a pena, no aspecto da realização pessoal, mas não é isso que vem modificar o mundo, que vem dar um novo rumo às sociedades, que vem revitalizar a vida. Ora bem, a mulher deve seguir as suas próprias tendências culturais, que estão intimamente ligadas ao paradigma da Grande Mãe, que é a grande reserva, a eterna reserva da Natureza, precisamente para os impor ao mundo ou pelo menos para os introduzir no ritmo das sociedades como uma saída indispensável para os graves problemas que temos e que foram criados pelas racionalidades masculinas. É no paradigma da Grande Mãe que vejo a fonte cultural da mulher; por isso lhe chamo matrismo e não feminismo (CORREIA, 2004, p. 65).

Na vida desta mulher parecia não haver “fronteiras” entre a literatura, a política e o jornalismo, tudo lhe parecia híbrido. Ficou muito mais engajada depois do 25 de Abril quando se candidatou à deputada (primeiro pelo partido PSB e, depois sem vínculos partidários, independente, como ela sempre foi) e assim trabalhou no âmbito público / político em defesa dos marginalizados e claro, em defesa da mulher. O seu trabalho não foi panfletário ou caricatural, como declarou:

Não me interessa o feminismo como caricatura das qualidades femininas. Então que os homens assumam a responsabilidade até o fim. Eu defendo um regime feminista de cultura. Há que criar zonas de desvirilização que implantem os valores femininos no sentido de fazer cair os padrões da cultura judaico-cristã. Uma posição matrística em vez de feminista. (CORREIA, 2004, p.34)

E acrescentou ainda que a mulher deveria ter a sua voz ouvida em todos os âmbitos da sociedade:

[...] a força da mulher emana de uma passividade que lhe foi imposta pelo patrisimo triunfante que dela se apoderou como de uma matéria plástica a que o homem dá a forma da sua alma. Assim se explica que num decurso histórico durante o qual a condição da mulher subsiste fundamentalmente inalterável, sujeita à tutela da postetade masculina, no campo da criação artístico-literário, domínio da anima, a imagem feminina conheça várias transformações, porque é aqui que lhe é concedida a liberdade de exprimir algo que na alma do homem se quer evadir de um determinado condicionamento social [...] (CORREIA, 2003)

A sua compreensão sobre a igualdade entre homens e mulheres é muito lúcida:

Não me parece que a igualdade seja tomada no sentido de que a mulher tem de ser uma imitação do homem; ela tem de projectar na História a sua diferença para que a humanidade se torne mais rica com essa dimensão, com essa óptica feminina que vem ajudar o homem a avançar na História. O Homem fica mais livre na medida em que a mulher se libertar. E fica mais livre porque esta é uma sociedade que atinge a sua plenitude quando os dois princípios, o masculino e o feminino, se harmonizarem continuando, então, no sentido que corresponde àquilo que a natureza e o espírito exigem (D.A.R., n.o 072, 2 de maio de 1991: 2370 *Apud* Gonçalves, 2013, p. 33).

Ainda destacou o que pensava sobre a figura do homem, porém, deixou em destaque que as mulheres têm um discurso engajado e mais força para situar-se na sociedade e na vida justamente por causa da opressão vivida por muitos anos, como se destaca o fragmento de uma entrevista:

Eu não sou feminista no sentido clássico de que a mulher é que vale e o homem não, nem pensar! Mas volto-lhe a falar da exaustão do poder. O homem meteu-se num labirinto. Nós descansamos muitos séculos. A mulher tem um viço, tem reservas em si, tem energias armazenadas que o homem foi perdendo. Mas devo dizer-lhe que o homem português é particularmente encantador. (*Diário de Notícias*, 11/9/1983)

Natália, como deputada aproveitou a sua veia jornalística para criar uma proximidade com a população, e criou um programa televisivo “Mátria (1984-1987), no qual se expunham diversas situações sobre a mulher e a necessidade de

engajamento político. E assim foi a vida de Natália: fundadora da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, defensora dos Direitos Humanos e Direitos da Mulher. Interagiu sempre – teve na Literatura uma forma de intervenção na sociedade, além do seu papel ativo na oposição ao Estado Novo que, mesmo com as muitas represálias que sofreu, não esmoreceu em nenhum momento. Sempre desafiou o poder e remeteu o seu olhar, suas palavras e ações para a tentativa de concretizar um mundo melhor e mais justo.

Tais atitudes não são muito diferentes da terceira escritora e jornalista sobre a qual vamos falar agora: Maria Teresa Horta (1937), coetânea de Natália Correia (mesmo com uma pequena diferença de idade, marca de sua precocidade) e igualmente ousada no sentido de fazer valer a voz feminina, e o espaço da mulher numa sociedade notadamente repressora como foi Portugal antes de 25 de Abril. Foi a primeira mulher a dirigir um cine-club, casou-se jovem para poder sair de casa e ser mais livre e como Natália Correia, está inscrita na História mais recente de Portugal, principalmente no que diz respeito à mulher e seus direitos. O seu discurso chega-nos via texto jornalístico, narrativa ou poesia, de uma maneira que “propõe” o rompimento de valores historicamente cristalizados sobre a figura da mulher na sociedade.

Tendo feito o Curso de Letras na Universidade de Lisboa, Maria Teresa Horta dedicou-se ao jornalismo com profissionalismo e constância, o que já revelou, em certa medida, a ousadia de entrar em um mundo também hegemonicamente masculino na época. Até 1974, eram pouquíssimas as mulheres que exerciam como jornalistas profissionais, que asseguravam com regularidade rubricas, e outras que colaboravam apenas pontualmente. Torna-se, por isso, difícil nomear mulheres que se distinguiram, antes de Abril de 1974, no *mister* desta escrita. Podemos lembrar também Maria Antónia Palla ou Helena Neves, que trabalharam de forma assídua e engajada no que se refere às questões da mulher, mais precisamente durante o período de 1971 a 1974 no jornal *Notícias da Amadora*. Quanto à Maria Teresa Horta, começou a trabalhar no jornal *República* e a lista iria acrescentando-se: *O Século*, *A Capital*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Letras e Artes*... Ela própria declarou, a miúdo, a vocação que a caracterizou neste sentido, o seu gosto pela imprensa e pelas redações dos jornais. Com efeito, o seu labor como jornalista teve início quando era mesmo muito jovem. Aliás, no princípio começou por publicar os seus poemas nos Suplementos Literários e depois começou a arriscar-se em algumas entrevistas.

Também podemos destacar que foi uma das responsáveis no movimento da reforma, lenta e gradativa, no âmbito das redações de jornais, movimento que destaca a conquista de “um quarto que seja seu na redação” (CORREIA & BAPTISTA, 2007, p.382), numa clara alusão ao texto de Virgínia Wolf, mas tal alusão se deve ao fato de que as redações não eram mistas, como a própria Maria Teresa afirma, numa entrevista:

“nos primeiros tempos não estava na redacção d’A *Capital*”. Havia um quarto no fundo d’A *Capital* que era do gráfico, e eu tinha a minha redacção nesse quarto, juntamente com a Isabel da Nóbrega. A Isabel, de facto, não era jornalista, tinha uma crónica; mas eu era, estava a fazer o suplemento *Literatura e Arte*. (Apud FAUSTINO, 2014)

O fato de não compartilharem o mesmo espaço físico não significa que não havia contato com os jornalistas, porém a circulação feminina neste espaço redatorial era breve: “Tínhamos um lugar numas salinhas lá dentro, numas secretariazinhas, e depois íamos levar as coisas à redacção e saíamos rapidamente porque não tínhamos direito a estar lá” (TELES, 2005). A justificativa para esta separação era porque representava um ambiente pouco propício às mulheres e, também, pelo fato de os homens falarem mal. Ao que Maria Teresa Horta respondeu que “Lá em casa, quem fala mal sou eu; o meu marido fala muito bem, não usa calão. Eu falo pessimamente” (Apud FAUSTINO, 2014).

Tal como ocorreu com Maria Lamas, foi numa redação de jornal que conheceu o seu segundo e atual marido, Luís de Barros, também jornalista. No jornal *A Capital*, foi nomeada coordenadora do suplemento *Literatura & Arte*, identificado como um dos grandes marcos do seu caminho trilhado no jornalismo: “havia uma estrutura primeira, mas depois transbordou, e o transbordar foi meu” (FAUSTINO, 2014, p. 20). Neste suplemento colaboraram escritores e intelectuais como José Saramago, Natália Correia, Ary dos Santos, Maria Isabel Barreno, Mário Cesariny, entre outros expoentes da cultura portuguesa (CORREIA & BAPTISTA, 2007, p. 200), o que fez com que esse suplemento fosse uma referência cultural na época. Era também responsável pelas resenhas críticas sobre cinema e literatura e realizou muitas entrevistas.

Cabe afirmar que concretamente o trabalho de Maria Teresa Horta como jornalista teve o foco direcionado à mulher e às questões afins quando interveio no

jornal *O Diário*, depois de 1976. Nessa altura coordenou a “Página da Mulher” e foi então convidada por Alda Nogueira, do Comitê Central do PCP, Partido Comunista Português, para ser chefe de redação da revista *Mulheres*, cuja diretora honorária era a célebre Maria Lamas, convertida já naquela altura num símbolo. Segundo declarações da própria escritora (em entrevista feita por nós), entregou-se ao referido projeto de alma e coração, mas a sua linha feminista não acabou por agradar os dirigentes comunistas. Tanto que, com um discreto movimento de censura e ao mesmo tempo vigilância, puseram a jornalista Helena Neves na direção, que também se declarava feminista.

Como as duas escritoras e jornalistas aludidas anteriormente Maria Teresa Horta não vê / não põe fronteiras no seu engajamento entre a escrita jornalística e literária. Mas vale destacar o tom de denúncia e, ao mesmo tempo, de (re)construção da identidade feminina da mulher portuguesa. Começou a publicar seus livros em 1960 e, a partir daí não parou mais, salvo por alguns interstícios. A temática permanente em todas suas obras, tanto em prosa como em versos é o corpo feminino, a inscrição da mulher –via corpo – na sociedade patriarcal portuguesa que tocava, também, nos temas da sensualidade, sexualidade e erotismo. Claro que por isso foi muitas vezes censurada, perseguida pela PIDE e até mesmo insultada. Por exemplo, na altura da publicação de *Minha Senhora de mim* (1971), já quase no fim do regime ditador, deparou-se com a censura por sublinhar o espaço do desejo e da escrita, sempre através de um discurso de ruptura com a tradição literária hegemônica masculina. Nesta obra “atualiza” o passado literário medieval e renascentista da voz / mente feminina, quer indicar no próprio título essa (re)apropriação do que foi mutilado, a vontade firme de recuperar a consciência e posse de si própria como mulher – repare-se na linguagem com sobrecarga de possessivos: minha / de mim. Tal como a própria autora explicou em entrevistas, a sua vida foi transformada a partir da publicação deste livro, telefonemas anônimos ofensivos e ameaças.

Não fosse só o ataque à pessoa de Maria Teresa Horta, a publicação deste livro também atingiu outras pessoas, tal como a proprietária da editoria Dom Quixote, Snu Abecassis, que sofreu ameaças de fechamento da sua empresa caso publicasse esta ou qualquer obra dela. Aliás, estes episódios acerca de *Minha Senhora de Mim* pareciam ser um “anúncio” do que ainda estava por vir no ano seguinte, 1972.

Do companheirismo e solidariedade de Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno com Maria Teresa Horta, em relação ao livro *Minha Senhora de Mim*, surgiu a ideia de uma obra coletiva, que fosse como uma fotografia de Portugal no início dos anos 1970. Retomaram um mito português (mariano) que foram as *Cartas Portuguesas* de Sórora Mariana Alcoforado. O processo de escrita coletiva durou nove meses, e assim “nasceu” *Novas Cartas Portuguesas*. Diante da repercussão de Maria Teresa Horta como escritora e do conteúdo da obra coletiva, foi um pouco difícil encontrar uma editora que aceitasse publicá-lo. Até que se encontraram com Natália Correia que, imediatamente aceitou a proposta de publicação. Quase que de imediato, exatamente no dia 23 de Junho de 1972 foi emitido um auto de busca e apreensão desse livro, então classificado como pornográfico e com conteúdo imoral, pela Polícia Judiciária. Foram incriminadas a um julgamento que se realizou em tribunal comum, por ter sido classificado como crime por abuso de liberdade de imprensa, mas a obra em questão foi classificada como pornográfica. O que se ressaltou foi a recusa da honra equívoca e perigosa do Tribunal Plenário, que se destinava aos processos políticos, desta maneira o poder tentou diminuí-las politicamente, afastando-as da “seriedade” dos seus pares escritores (SEPÚLVEDA, 2004). O julgamento não chegou ao fim devido à Revolução dos Cravos, ocorrida no dia 25 de abril de 1974. Maria Teresa Horta continuou e continua a escrever – ora narrativas, ora poesias, mas sempre com a temática feminista via corpo, para que as mulheres, ainda hoje, possam (re)construir a sua identidade num mundo que, ainda, não concretiza totalmente uma paridade social e humana. Após a passagem pelos vários jornais antes aludidos, na atualidade continua a trabalhar como jornalista, mas como *free lancer*... Sempre mantendo uma atitude ousada e firme em várias frentes e não mostrando recuos perante as pressões, mas tentativas de ir ainda mais longe quer a nível temático quer em nível da linguagem. Fato comprovado no ensaio sobre a paridade que foi premiado no ano 2008 (Prêmio Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Presidência do Conselho de Ministros, 2008. Título do Ensaio: “As Palavras das Mulheres: Uma Escrita do Corpo”).

À maneira de conclusão podemos ver, agora, o entrelaçamento de vidas, atividades e companheirismo entre as três escritoras e jornalistas aqui selecionadas - as três foram porta-vozes de assuntos silenciados durante todo o Estado Novo, as três usaram a palavra como elemento condutor das reivindicações de igualdade

entre homens e mulheres e também de denúncia do governo vigente. Maria Lamas na sua luta pela emancipação das mulheres tem especial importância na primeira metade do século XX, a seguir encontramos Natália Correia e Maria Teresa Horta, já a partir da segunda metade, com mais ousadia e irreverência também foram responsáveis por conquistas, principalmente por “promover”, via textos literários e jornalísticos, um abrir de olhos da mulher portuguesa sobre a sua condição, seu corpo e papel na sociedade.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Luciana Andrade de Almeida. “**As mulheres do meu país: a viagem de Maria Lamas ao encontro das trabalhadoras portuguesas (1948 -959)**”. In: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291731507_ARQUIVO_LUCIANAANDRADEDEALMEIDA.pdf (consulta feita 10/04/2015)

AZEVEDO, Cândido de. **Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo**. Porto: Caminho, 1997.

BARRENO et alii. **Novas Cartas Portuguesas**. Lisboa: Editorial Futura, 1974.

CABRERA, Ana. “Censuras e estratégias censurantes na sociedade contemporânea”. In: CABRERA, Ana, coord. **Censura nunca mais: a censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo**. Lisboa: *Aletheia*, 2013.

CABRERA, ANA. **Marcello Caetano: Poder e Imprensa**. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

CANTINHO, Maria João. À Conversa com Maria Teresa Horta. [internet] Disponível <http://www.stormmagazine.com/novodb/arqmais.php?id=261&sec&secn> [Consulta a 10 de Novembro 2014]

CORREIA, Natália (2004). **Entrevistas a Natália Correia**. Edição de Zetho Cunha Gonçalves. Lisboa: A. M. Pereira Livraria Editora.

CORREIA, Natália. **Breve história da mulher e outros escritos**. Lisboa: Livraria Editora, 2003.

CORREIA, F., BAPTISTA, C. **Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)**. Lisboa, Caminho, 2007.

DACOSTA, Fernando. **Máscaras de Salazar**. Lisboa: Casa das Letras, 2007.

FAUSTINO, Maria João. “Maria Teresa Horta jornalista: percurso, memória e circunstâncias”. **Comunicação pública** [Online], vol.9, n.15/2014.

- FIADEIRO, Maria Antónia. **Maria Lamas** – Biografia. Lisboa, Quetzal Editores, 2003.
- GONÇALVES, Ana Teresa Araújo de Freitas. **O Universo feminino em A Madona de Natália Correia**. Lisboa: Clepul, 2013.
- GORJÃO, Vanda. **A Reinvidicação do Voto no Programa Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)**. Lisboa: CIDM, Junho de 1994.
- HORTA, Maria Teresa. **Minha Senhora de mim**. Lisboa: Editorial Futura, 1972.
- LAMAS, Maria. **As mulheres do meu país**. Lisboa: Actuais, 1948.
- NUNES, Maria Leonor. “Maria Teresa Horta: Feminista não é pecado”. (Entrevista com Maria Teresa Horta) In: **Jornal de Letras, Artes e Idéias**. Lisboa: 28/02 a 13/03/2007.
- SANT’ANNA, Mônica. “A escrita feminina e as suas implicações: a recorrência ao corpo como signo de identidade”. In: **REEL (Revista Eletrônica de Estudos Literários)**. Universidade Federal do Espírito Santo. Ano 2, n.2, 2006.
- _____. A Censura à escrita feminina em Portugal, à maneira de ilustração: Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta. Revista online: http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2009/07_artigo_monica_santaana.pdf
- _____. **Presenças e novas representações do corpo / mulher: uma (re)visão em torno de algumas obras de Maria Teresa Horta**. Tese de Doutorado defendida na Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2011. (Atualmente em revisão para edição de livro)
- SEPÚLVEDA, Torcato. Aos costumes disseram nada. Entrevista das autoras de *Novas Cartas Portuguesas*. In: **Grande Reportagem**, Ano XV, 3ª Série, 24 de Abril de 2004.
- VICENTE, Ana. “Do autoritarismo e das mulheres na II e III Repúblicas”, **Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril**, n.º 16, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/FLC, 1994.
- TAVARES, Manuela. **Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)**. Porto: Texto Editores, 2008.
- RODRIGUES, Ana. **Uma escrita feminina com profundo sentido de humanidade**. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=719>. Acesso em: 20 /04 / 2014.

Recebido: 01.05.15 | Aprovado: 24.06.15

